

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS  
Ata da 109ª Reunião Ordinária da CT-PB – 19/02/2025 – 9h00  
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Membros presentes	
Entidade	Representante
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão (S)
AEEAV	Maria Amélia Devitte Ferreira D'Azevedo Leite (T)
AEAP	Mauricio Magossi (T)
ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel (T)
	Bruno Saccumann Miranda (S)
	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (S)
	Frederico Romaro Bernardi Rodrigues de Almeida (S)
	Gustavo Arthur Mechlin Prado (S)
Tarciani Benedita baia Santos (S)	
CATI	Angelo César Bosqueiro (S)
CETESB	Ednéa Aparecida Parada (T)
	Domenico Tremaroli (S)
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico (T)
IGAM	Rosângela Pereira dos Santos (T)
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner (T)
	Maria Cláudia Zorzenon Chinolli (S)
P.M de Campo Limpo Paulista	Silvia Rocha (T)
P.M de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M de Indaiatuba	Danielle França Nery (T)
P.M de Jundiaí	Guilherme Theodoro N. P. de Lima (T)
P.M de Limeira	Tiago Bacarin Custódio (S)
P.M de Louveira	Alan Del Rosso (S)
P.M de Várzea Paulista	Rafael Tamberlini (T)
SAA	Angelo César Bosqueiro (S)
SAAE Salto	Sara Corrêa Appendino (S)
SABESP	Ane Caroline Grisolio Machion (S)
	Rodrigo Ferraz Moreira (S)
SANASA	Gustavo Arthur Mechlin Prado (T)
	Bruno Saccumann Miranda (S)
	Eliana Von Atzingen Bueno Morello (S)
	Frederico Romaro Bernardi Rodrigues de Almeida (S)
Tarciani Benedita baia Santos (S)	
SANEBAVI	Mara Letelian Leite Reis (S)
SEMAE	Dalva Bueno de Camargo Odorisi (T)
SORIDEMA	Raquel Eliana Metzner (T)

Membros ausentes
Entidade
ANA
CODEN
DAE Jundiaí
SEMIL
SP Águas
UNICA

Demais presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Camila Souza
	Diogo Pedrozo
	Eduardo Cuoco Leo
	Ivens de Oliveira
	Katia Cezarino
	Laice Correia
	Lilian Cruz
	Luclecia Aparecida S. Martins
	Patricia Barufadi
	Rosa Cardoso
Tainá Lima de Moura	
AIMA	Julia Sodrê Luchesi
Bragança Paulista	Michele Consolmagno
SP Águas	Cécilia de Barros Aranha

(T) – Titular (S) – Suplente (R) – Representante

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de 2025, realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do *Google Meet*, a 109ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ. **Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica, em 12 de fevereiro de 2025. **1. Abertura da 109ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica do Plano de Bacias:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Gustavo Arthur Mechlin Prado, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e da Sociedade de Abastecimento de Água e Saneamento (SANASA) e coordenador da Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) dos Comitês PCJ, que agradeceu a presença de todos e informou aos presentes a existência de quórum para o início da reunião. **2. Informes:** Na sequência, o Sr. Gustavo passou para os informes: **2.1. da**

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS

Ata da 109ª Reunião Ordinária da CT-PB – 19/02/2025 – 9h00

Reunião por videoconferência – *Google Meet*

**coordenação:** não houve informes. **2.2. dos membros:**

O Sr. Gustavo questionou os membros sobre os informes, mas não houve solicitações. **2.3. da**

**Coordenação de Sistemas de Informações da Agência**

**PCJ:** O Sr. Eduardo Léo, Coordenador de Sistemas de Informações (CSI) da Agência das Bacias PCJ fez um breve relato sobre o Relatório de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ 2024. Informou que o documento foi aprovado no final do ano, mas sem a inclusão de alguns conteúdos. Mencionou que durante a deliberação, foram identificados os itens faltantes, mas não houve retorno sobre as informações necessárias para a elaboração da versão final do relatório. Destacou que a equipe CSI está trabalhando para oferecer uma versão aprimorada, porém o avanço para essa etapa depende da disponibilização dos dados pendentes. Mencionou que na 32ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ Federal, CBH-PJ1) ficou acordado que a CT-PB seria atualizada sobre o progresso e não houve devolutiva dos dados necessários para dar continuidade ao processo. Reforçou que a falta desses dados não impediu que a publicação fosse analisada pela coordenadora de recursos hídricos, obtendo avaliação máxima pelo Estado. **2.4. da Secretaria Executiva (SE)**

**dos Comitês PCJ:** A Sra. Tainá Lima de Moura, da

equipe de apoio da Secretaria Executiva (SE/PCJ) iniciou os informes, sendo: **a) Exclusão de membros:**

informou que conforme o Regimento Geral das Câmaras Técnicas (Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21) serão excluídos das CTs que se reúnem bimestralmente, os membros para os quais se registre número de faltas superior a duas consecutivas ou quatro alternadas. Nesse

sentido, foi encaminhado um ofício comunicando a exclusão do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do estado de São Paulo (IPT). Comentou que a partir de maio/2025 inicia-se o convite às entidades para participação no processo de Renovação da Câmaras Técnicas para o mandato 2025-2027, com início do novo mandato previsto para julho/2025; **b) Alteração dos**

**representantes dos membros:** informou que entre a última reunião da CT-PB e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração dos representantes das seguintes entidades: **i. Instituto de Proteção Socioambiental da**

**Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C):** solicitando a inclusão dos Srs. Felipe Moraes Rigo e

Fernando Oliveira Pereira da Silva como representante suplente; **ii. CIESP – DR Bragança Paulista:** solicitando a remoção da entidade; **c) Capacitação dos membros**

**dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se,

visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas

(PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos

Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com

realização a partir do ano de 2025. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de

Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos

certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação

técnica. Destacou ainda, o portal ([link](#)) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico

(ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G).

Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria

Executiva; **d) Próximas reuniões dos comitês PCJ:** Informou as próximas reuniões dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem

membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: **i. 32ª Reunião**

**Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL E CBH-PJ1) no dia 25/02/25, às 9h30, na DAE Jundiáí, em Jundiáí/SP;**

**ii. 96ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) no dia 07/03/2025, às 09h30, por videoconferência, com transmissão pelo YouTube;**

**iii. 33ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ-FEDERAL, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1) no dia 28/03/2025, às 09h30, no Instituto Pecege em Piracicaba/SP. Mais informações**

**podem ser obtidas na [agenda](#) do site dos Comitês PCJ;** **e) Próximas reuniões da CT-PB:** informou as próximas

reunião da CT-PB do 1º semestre de 2025, disponível na [agenda](#) da CT-PB no *site* dos Comitês PCJ; **f) NewsComitêsPCJ:** Convidou aos membros para acessar

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS  
Ata da 109ª Reunião Ordinária da CT-PB – 19/02/2025 – 9h00  
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

a *Newsletter* Comitês PCJ, um portal desenvolvido pela Assessoria de Comunicação da Agência das Bacias PCJ, com a atualização periódica de notícias da atuação dos Comitês PCJ e de suas câmaras técnicas. O acesso pode ser feito pelo [link](#). **3. Aprovação das minutas de Ata das reuniões anteriores:** O Sr. Gustavo informou que as minutas das atas da 107ª Reunião Ordinária da CT-PB, realizada em 24/09/2024, por videoconferência e a 108ª Reunião Ordinária da CT-PB, realizada em 26/11/2024, presencial, em Limeira/SP, foram enviadas aos membros junto da convocação, dentro do prazo regimental. Questionou a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Abriu espaço para manifestações sobre o conteúdo das minutas. Não havendo manifestações, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **4. Criação/Reativação do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Bacias (GT-Acompanhamento):** O Sr. Gustavo mencionou que a CT-PB possui um grupo de trabalho transitório que estava desativado, e diante da demanda de revisar o Plano de Bacias em 2026 destacou a importância de reativar o grupo para contribuições no Termo de Referência (TR). Complementando, o Sr. Eduardo Léo informou que a Agência PCJ está se preparando para a revisão do Plano de Bacias em 2026, com a elaboração do TR no ano de 2025. Nesse sentido, propôs a formação de um grupo colaborativo, composto por representantes de órgãos estaduais, usuários de recursos hídricos e sociedade civil, para garantir a representatividade e a construção conjunta do TR. Na sequência, o Sr. Gustavo abriu a palavra para que os membros manifestassem a participação no Grupo de Trabalho (Transitório) de Acompanhamento do Plano de Bacias (GT-Acompanhamento). Os integrantes da CT-PB que solicitaram o ingresso no GT foram: Ana Paula Fernandes Abrahão (ABCON), Julia Luchesi (Convidada), Gustavo Arthur Mechlin Prado (ASSEMAE/SANASA), Paulo Roberto Szeligowski Tinel (ASSEMAE), Michele Consolmagno (Convidado), Domenico Tremaroli (CETESB), Flávio Forti Stenico (Consórcio PCJ), Rosângela Pereira dos Santos (IGAM), Raquel Eliana Metzner (IPSA-C), Petrus Bartholomeus Weel (P.M de Holambra), Guilherme Theodoro N. P. de Lima (P.M Jundiáí), Danielle França Nery (P.M de Indaiatuba), Eliana Von

Atzingen Bueno Morello (ASSEMAE/SANASA) e Cecilia de Barros Aranha (Convidada). Em seguida, foi eleita de forma unânime a Sra. Raquel Metzner (IPSA-C) como coordenadora do GT e o relator Sr. Guilherme T. N. P. de Lima (P.M de Jundiáí). **5. Apresentação do Relatório de Acompanhamento da Implementação do Plano de Bacias PCJ 2025 a 2035:** A Sra. Katia Cezarino, da equipe da Coordenação de Sistemas de Informações (CSI) da Agência das Bacias PCJ apresentou o relatório de acompanhamento de implementação do Plano das Bacias PCJ 2020 a 2035, ano de análise 2024. Apresentou um balanço do status de execução das ações previstas no Plano de Ações PCJ, conforme o manual da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), destacando que, em setembro, havia 8 ações em atraso e 60 ações dentro do prazo. Esse número foi reduzido devido à conclusão de ações entre setembro e dezembro. Duas ações ocorreram mudanças de status: **i.** a ação 6.3.1.7 relacionada a compatibilidade entre os planos das UGRI, foi concluída com atraso; **ii.** referente aos estudos para aprimoramento da cobrança pelo uso de recursos hídricos, foi entregue antes do previsto. Essas alterações resultaram em um avanço de 36,9% (trinta e seis por cento e nove décimos) para 37,2% (trinta e sete por cento e dois décimos). Informou que quanto aos dados de saneamento, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) divulgou que em substituição do apêndice do relatório de qualidade das águas, os dados de saneamento seriam apresentados em um novo relatório específico intitulado “Esgotamento Sanitário no Estado de São Paulo”. Esse relatório ainda não foi publicado, entretanto os dados estão disponíveis no Catálogo de Dados Abertos da CETESB ([link](#)). A Sra. Katia mencionou que após validação foi atualizado os dados para os municípios, sem alterar a classificação, mas ajustando a distância das metas. Destacou que a minuta do relatório foi encaminhada à CT-PB e caso aprovada, será publicada após possíveis revisões. Em seguida, o Sr. Eduardo Leo relatou que no último ano houve avanços significativos na gestão orçamentária e no planejamento, com foco na supervisão e no acompanhamento das metas. Informou que foi implementado um sistema para identificar problemas como a eficiência no tratamento de esgoto e as dificuldades na coleta. Destacou que a análise

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS  
Ata da 109ª Reunião Ordinária da CT-PB – 19/02/2025 – 9h00  
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

dos dados do IBGE contribuiu para orientar a revisão do plano de bacias e para a definição de áreas prioritárias para intervenção. Além disso, houve uma intensificação do contato com os municípios, com visitas para avaliar projetos que podem ser financiados. Ressaltou que o relatório reflete esse processo contínuo de identificação de problemas e busca por soluções. **6. Relatório de execução do PAP 2024 e proposta de atualização:** A Sra. Laice Correia da equipe CSI/Agência PCJ apresentou o Balanço do Exercício de 2024 e Proposta de Atualização do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) PCJ 2025, trazendo dados do relatório de execução do ano. A Sra. Laice mencionou as principais características do PAP, explicando que se trata de uma ferramenta estratégica utilizada para a aplicação dos recursos financeiros provenientes da cobrança federal. Ressaltou que 7,5% (sete por cento e cinco décimos) desses recursos são destinados ao custeio administrativo, e 92,5% (noventa e dois por cento e cinco décimos) direcionados para investimentos. Informou que o PAP segue o modelo estabelecido pela ANA e visa definir ações que devem ser executadas ao longo de cinco anos, divididas entre finalidades e programas: **i.** Gestão dos Recursos Hídricos; **ii.** Agenda Setorial; **iii.** Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas; **iv.** Manutenção do CBH e ED. Mencionou que dentro da Agenda Setorial estão as ações voltadas para a recuperação da qualidade da água, a gestão da demanda e a proteção dos Recursos Hídricos. Explicou que o PAP está fundamentado no Plano de Recursos Hídricos, que oferece uma visão estratégica a longo prazo, e é acompanhado pelo Plano de Execução Orçamentário Anual (POA), que define o orçamento para o exercício em questão e a execução orçamentária. Ademais, conforme a Deliberação dos Comitês PCJ nº 417/22, até o dia 31 de janeiro, um ofício é enviado à CT-PB detalhando a execução do relatório e a proposta de alteração do Plano Anual de Contratações (PAC). Quanto ao exercício de 2024, a previsão inicial era de R\$ 61 milhões de reais, devido a uma operação financeira e economias orçamentárias esse valor foi ajustado para R\$ 57 milhões de reais. Desses R\$ 57 milhões de reais, R\$ 49 milhões de reais foram empenhados e R\$ 34 milhões de reais desembolsados. Informou que entre 2021 e 2024 o valor provisionado foi de R\$ 161 milhões de reais, dos quais 67% (sessenta e

sete por cento) foram empenhados, com R\$ 89.000.000,00 (oitenta e nove milhões de reais) já desembolsados. Destacou que a agenda setorial apresentou um empenho superior a 100% (cem por cento), sendo a maior parte em razão dos contratos de transferência relacionados ao saneamento. Informou que a análise por programa, Plano de Recursos Hídricos quanto o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, atingiram 100% (cem por cento) de empenho. Um destaque no relatório de 2024 foi a introdução da variável de desembolso efetivo, que contabiliza todos os pagamentos realizados ao longo do ano, independentemente do momento do empenho, aumentou a transparência e a precisão na execução dos recursos. O desembolso previsto era de R\$ 50 milhões de reais, e o desembolso efetivo alcançou R\$ 42 milhões de reais, o que resultou em uma efetividade de 84% (oitenta e quatro por cento). O relatório apresentou o desembolso global, incluindo o PAP 2021-2025 e o PAP 2017-2020, que possibilitou o acompanhamento dos contratos. Entre os principais desafios enfrentados em 2024 destacou o atraso das contratações, as impugnações de editais, limitações no engajamento de municípios e questões relacionadas à precisão das métricas das metas físicas. Para 2025, mencionou que os desafios incluem a realocação dos saldos contábeis e a garantia de total transparência na alocação dos recursos. A proposta de atualização do PAP 2021-2025 segue as Deliberações dos Comitês PCJ nº 417/22, que estabelecem regras específicas para o remanejamento de saldos não utilizados. A análise dos saldos de 2024 indicou um valor de R\$ 8,6 milhões de reais a ser remanejado para o próximo exercício, com um foco específico nos recursos não utilizados no custeio administrativo, que serão destinados a uma reserva administrativa. O desempenho de 2024 alcançou R\$ 49 milhões de reais, ou seja, 85% (oitenta e cinco por cento) do valor previsto. Destes, 70% (setenta por cento) foram efetivamente desembolsados. As economias orçamentárias demonstraram a eficácia do processo de contratação, com um ajuste mínimo no PAP de apenas 5,4% (cinco por cento e quatro décimos), evidenciando a precisão do planejamento financeiro e a boa execução das atividades previstas. Em seguida, o Sr. Gustavo submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade com encaminhamento a

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-PB: CÂMARA TÉCNICA PLANO DE BACIAS  
Ata da 109ª Reunião Ordinária da CT-PB – 19/02/2025 – 9h00  
Reunião por videoconferência – *Google Meet*

Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ. Na sequência, a Sra. Katia apresentou o Parecer Técnico do Plano de Aplicação Plurianual das Bacias PCJ – PAP PCJ 2021 a 2025 - Relatório de execução do PAP 2024 e Proposta de Atualização para aprovação dos membros. Mencionou que o relatório foi encaminhado à coordenação da CT-PB, em 31 de janeiro, e posteriormente, disponibilizado a todos os membros, juntamente com a proposta e um ofício da Agência das Bacias PCJ, contendo os *links*. Ressaltou que o relatório apresentou informações sobre a execução financeira das ações, incluindo dados numéricos e alterações em valores (disponíveis, empenhado e desembolsado). Na sequência, o Sr. Gustavo submeteu o parecer aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **7. Outros assuntos:** O Sr. Gustavo questionou os membros sobre outros assuntos. Na sequência, o Sr. Domenico Tremaroli, representante da CETESB mencionou que estará ausente nas primeiras reuniões do GT-Acompanhamento. Nesse sentido, comentou uma questão importante em relação ao Rio Jundiá até 2035. Destacou que as condições atuais não seriam suficientes para enquadrar o rio conforme estabelecido, sendo necessário repensar a organização da meta para contemplar o enquadramento do rio. Comentou sobre o parâmetro Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO), informando que atualmente não será possível enquadrá-lo até 2035. Mencionou que o lançamento de Jundiá possui 95% (noventa e cinco por cento) de eficiência, por volta de 25 mg/L, e essa quantidade não é viável em termos de lançamento e disponibilidade. Explicou que para a cidade de Jundiá é imprescindível revisar essa questão, considerando o licenciamento e a necessidade de um referencial, uma vez que o Plano de Bacias se torna um documento fundamental. Em seguida, o Sr. Guilherme Lima, representante da Prefeitura de Jundiá informou que está em processo de contratação a revisão do Plano de Saneamento do município de Jundiá. Mencionou que por meio do apoio da Agência PCJ conseguiram recursos do FEHIDRO, que serão divididos entre o município de Jundiá e a DAE Jundiá. Informou que estão finalizando o processo dos materiais para abrir a licitação, que será por técnico e preço. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a debater, o Sr. Gustavo Prado, coordenador da

CT-PB, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Gustavo Arthur Mechlin Prado  
Coordenador da CT-PB

Raquel Eliana Metzner  
Coordenadora-adjunta da CT-PB